

PGR e AGU defendem dossiê contra servidores antifascistas

O procurador-Geral da República e o advogado-Geral da União saíram em defesa do dossiê do governo sobre servidores públicos antifascistas nesta quarta-feira (19/8). O documento sigiloso foi produzido pela Secretaria de Operações Integradas (Seopi), do Ministério da Justiça, contra 579 servidores federais e estaduais, além de professores.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



O AGU, José Levi do Amaral, rejeitou a alegação de autoritarismo pelo governo^{Marcello Casal Jr/Agência Brasil}

O Supremo Tribunal Federal analisa nesta quarta ação do partido Rede Sustentabilidade, que [questiona a investigação sigilosa](#). Para a legenda, o governo federal promoveu perseguição política contra os funcionários, além de restringir a liberdade de expressão dos servidores. A relatora da ADI é a ministra Cármen Lúcia, que vota em breve.

De acordo com o PGR, Augusto Aras, a atividade de inteligência não pode ser confundida com a investigativa. A de inteligência serve para antecipar "distúrbios civis para informar o escalão superior e o enfoque é sempre coletivo, nunca individual". "E mesmo assim sempre se utilizando de fontes abertas", afirmou o PGR em julgamento que acontece nesta tarde.

Titubeando, Aras disse que "parece ter havido alarme falso, talvez um exagero" sobre o relatório. O PGR disse ter dito acesso ao documento e afirmou que foi baseado exclusivamente por notícias da internet. E fez questão de registrar ainda que o Ministério Público Federal não admite que o governo espione seus opositores.

Por sua vez, o AGU, José Levi do Amaral, defendeu que o sigilo é essencial para as atividades de inteligência, além de ser uma forma de proteger os investigados. "Sem o sigilo, não se poderia proteger profissionais de inteligência e as respectivas fontes. Assim o Estado perderia sua capacidade de se antecipar para prevenir situações de risco à segurança e integridade da sociedade, do Estado, das instituições e autoridades", afirmou.

Ainda segundo Levi, a coleta de informações não teve um viés investigativo, mas sim informativo, com base em dados públicos. O AGU frisou que a União rejeita "toda e qualquer forma de autoritarismo ou



de totalitarismo" e pediu que a corte negue a liminar.

No início do mês, o ministro da Justiça, André Mendonça, se reuniu com parlamentares da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência e admitiu a existência do relatório.

"O relatório existe. O que não existe é um dossiê. Dossiê é uma expressão inadequada para a atividade de inteligência. Dossiê é algo feito às escuras para fins indevidos, que não estão no sistema. Que não está relatado oficialmente. Dossiê não é algo que você distribui", afirmou.

ADPF 722

Date Created

19/08/2020